

ORGANIZAÇÃO
ESTÊVÃO MARTINS PALITOT

NA MATA DO SABIÁ
CONTRIBUIÇÕES SOBRE A PRESENÇA
INDÍGENA NO CEARÁ

2ª EDIÇÃO

FORTALEZA – CEARÁ
2009

Copyright © 2009 by Estêvão Martins Palitot

Governo do Estado do Ceará

Governador: Cid Ferreira Gomes

Secretaria da Cultura do Estado do Ceará

Secretário: Francisco Auto Filho

Museu do Ceará

Diretora: Cristina Rodrigues Holanda

Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC)

Coordenadora: Célia Guabiraba

Coordenação da Edição

Alexandre Oliveira Gomes e João Paulo Vieira Neto

Projeto Gráfico: Museu do Ceará / Valdiano Araújo Macedo

Capa: João Paulo Vieira Neto (Foto: Joceny de Deus Pinheiro)

Revisão da Edição: Ana Amélia Rodrigues de Oliveira e Alexandre Oliveira Gomes

CATALOGAÇÃO NA FONTE

N 111 Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará./Estêvão Martins Palitot [organizador]. – Fortaleza: Secult/ Museu do Ceará/ IMOPEC, 2009.

461p.

ISBN: 978-85-7563-379-3

1. Índios-etnologia. 2. Índios- Ceará-Memorial. I. Palitot, Estêvão Martins.

II. Título

CDD: 980

MUSEUS E MEMÓRIA INDÍGENA NO CEARÁ: A EMERGÊNCIA ÉTNICA ENTRE LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS

Alexandre Oliveira Gomes

João Paulo Vieira Neto

Algumas expressivas lideranças indígenas descobriram que museus são potencialmente “explosivos”, podendo contribuir para recuperar a memória perdida e reconstruir destruídas formas de vida
(José Ribamar Bessa Freire).

Até pouco tempo atrás, a história dos grupos indígenas estava silenciada na historiografia e, sobretudo, nos museus históricos tradicionais, entendidos como espaços propícios à legitimação de uma “história oficial” dos grupos dominantes. Quando eram mencionados nos espaços museológicos, tanto índios como negros eram, em geral, apresentados como atores “subalternos”, “coadjuvantes”, “primitivos” ou “exóticos” da nação brasileira.

Percebendo a história enquanto campo de luta e possibilidades, atentamos em nosso fazer historiográfico para a diversidade de memórias em constante embate e construção. A atuação de sujeitos outrora marginalizados e as possibilidades de (re)escrita da história, possibilita aos museus tornarem-se lugares privilegiados no conjunto de lutas provindas da organização dos povos indígenas contemporâneos.

A ampliação de espaços que contenham outras histórias permite a reflexão sobre epítetos que, dos discursos oficiais, foram incorporados ao senso comum, consolidando idéias como a de que no Ceará não há mais índios e negros. Parti-

mos da perspectiva de que a sociedade é construída por múltiplos sujeitos de memórias contraditórias que, através da escrita da história, justificam suas condutas e projetos políticos.

Segundo Manuelina Duarte Cândido, a Museologia contemporânea preocupa-se com o “caráter social em oposição ao colecionismo. Há o reconhecimento de diversas formas de expressões museais (museus comunitários, museus de vizinhança etc), além dos eco-museus, como processos da Nova Museologia.” Dentre alguns aspectos desta onda de renovação epistemológica na Museologia, destacamos:

(...) a investigação social enquanto identificação de problemas e soluções possíveis; objeto de desenvolvimento comunitário; o museu para além dos edifícios-inserção na sociedade; interdisciplinaridade; a noção de público dando lugar à de colaborador; a exposição como espaço de formação permanente ao invés de lugar de contemplação (CÂNDIDO, 2003, p. 26).

Os museus hoje podem ser entendidos como lugares propícios à difusão e reflexão acerca das trajetórias e memórias de luta e resistência dos grupos indígenas. “Nesse viés, nos museus palpitam comunidades e suas múltiplas linguagens, abrindo-se à antropologia e ao etnoconhecimento” (CASTRO; VIDAL, 2001, p. 270).

Entretanto, para a apropriação do potencial subversivo dos museus é necessária a aquisição de conhecimentos e técnicas fundamentais para interferir criticamente nos espaços museais existentes: os museus oficiais/tradicionais e outros espaços de construção de memórias, como escolas e arquivos/acervos documentais. De todo modo, nos propomos neste artigo a refletir também sobre as experiências e possibilidades dos grupos indígenas contemporâneos construir e gerir novos museus/memoriais, que materializem suas versões da história do Ceará.

O CONTEXTO LOCAL

A partir de 1922, temos a inauguração de importantes museus históricos nacionais, dos quais destacamos o Museu Paulista (SP)¹ e o Museu Histórico Nacional (RJ). No Ceará, em 1932, é criado o Museu Histórico do Ceará. Seu fundador, Eusébio de Sousa, foi o responsável pela formação inicial do acervo da instituição. Apesar da consagração a objetos referentes à ação do colonizador europeu, como um pedaço de pau-brasil, fragmentos de canhões (relacionados aos fortins militares) e medalhas comemorativas dos 300 anos da expedição de Pero Coelho (a primeira bandeira portuguesa a adentrar a capitania do Siará-Grande), também recebeu muitos objetos oriundos de povos nativos, como “arcos, flechas, cachimbos, machados, vasos e urnas funerárias”, provenientes tanto de tribos localizadas fora do Ceará, como também do território cearense (HOLANDA, 2005, p. 142).

Sobre a formação deste acervo indígena, entre as décadas de 1930 e 1940, no Museu Histórico do Ceará, Holanda comenta que:

Presume-se que os artefatos das comunidades nativas (...) eram vistos pelos ofertantes (leigos ou intelectuais) como ‘arte primitiva’ ou ‘curiosidades exóticas’, descontextualizadas dos seus locais de origem, representando um ancestral distante no espaço e no tempo, ou ainda como atestados de um estágio de ‘evolução inferior’ e, portanto, distinto da nação brasileira, que conseguira galgar certos patamares de desenvolvimento graças às influências da civilização européia (HOLANDA, 2005, p.144).

Em 1951, o Museu Histórico do Ceará é anexado ao Instituto do Ceará, passando a se chamar Museu Histórico e Antropológico do Ceará. O historiador Raimundo Girão será o grande responsável por sua gestão e pelas modificações que então acontecem como, por exemplo, a criação da “Sala do Índio”, onde:

(...) Guardam-se, convenientemente expostos, inúmeros elementos de comprovação da arte, dos costumes e da luta cotidiana dos indígenas que habitaram a região do Nordeste.

A coleção lítica é de notável valor, pela variedade e raridade dos utensílios e efeitos que a compõem. Na maior parte, têm procedência na coleção etnográfica do antigo “Museu Rocha”, pacientemente coletados e classificados pelo naturalista Prof. Dias da Rocha. A outra parte, deve-se ao trabalho de acuradas pesquisas e cuidadosa catalogação do Dr. Pompeu Sobrinho, (...). Mais de 1.200 machados líticos, rebolos, amuletos, cachimbos, ao lado de originalíssimos pilões, igaçabas e camucins, dão sentido de austeridade e ao mesmo tempo de reminiscência histórica a esta Sala evocativa. Cada objeto testemunha a vida árdua e natural dos nossos antepassados das selvas, e cada um de nós sente dentro de si a força dessa raça, que nos legou no sangue e nos hábitos, indeléveis marcas. A visita à Sala do Índio transporta-nos espiritualmente a um passado eloqüente, gravado com o sainete vibrante da aculturação da gente branca nesta área da nacionalidade, então em plena formação. Como que assistimos, em desfile, a todos aqueles conflitos de cultura, de sentimentos, de sexo e de idéias que configuraram afinal nosso cruzamento rácico nas suas bases mais profundas – o europeu e o ameríndio – a que o negro africano deu, mais tarde, o têmpero das suas qualidades de mansidão e ternura. É um belo passeio que realizamos pelas ‘alamêdas’ da pedra polida’ para melhor firmar o contraste entre o primitivismo espontâneo e o cientificismo de hoje (GIRÃO *apud* OLIVEIRA, 2009, p.74).

Fica bem claro o papel destinado aos indígenas nesta construção histórica do Brasil e, especificamente, do Ceará. Há “uma negação de sua ação como sujeito histórico”. O índio é representado como o “elemento puro, primitivo, ingênuo, que passa por um processo de melhoramento a partir da miscigenação com o homem branco” (OLIVEIRA, 2009, p. 75).

No Ceará, a busca pela construção de um panteão de heróis e seus feitos notáveis tomava corpo com a criação da primeira instituição museológica do estado, que chamava para si esta tarefa. Entre os sujeitos desta história estavam os cidadãos de origem portuguesa e os brasileiros da elite política e econômica (HOLANDA, 2005). Constatamos, conforme ensina Ulpiano Bezerra de Menezes, que as funções de evocação

e celebração de uma narrativa da nação se materializavam nos espaços dos museus com a glorificação e heroicização de determinados sujeitos, seus feitos e suas datas, incorporadas como datas cívicas comemorativas da história nacional. Daí se pensar comumente acerca dos museus históricos enquanto locais nos quais os objetos devem ter “uma vinculação biográfica ou temática a um feito ou figura excepcionais do passado, normalmente heróis vencedores” (BEZERRA DE MENEZES, 1994, p. 4).

MUSEUS E ANTROPOLOGIA

Em recente artigo, Regina Abreu (2007) reflete sobre a história da relação entre a antropologia e os museus. A autora propõe uma divisão tipológica interessante para compreendermos as mudanças e permanências no modo como os indígenas são retratados nestas instituições. Segundo a autora, poderíamos pensar esta relação a partir da seguinte divisão: “antropologias reflexivas e museu de ciência”; “antropologias da ação e museus como instrumento de políticas públicas”; “antropologias nativas e museus como estratégia de movimentos sociais” (ABREU, 2007, p.139).

Entretanto, nosso interesse no presente artigo não é analisar a relação entre museus e antropologia. Utilizaremos desta divisão tipológica para refletirmos sobre a maneira como os indígenas foram representados nos espaços museológicos em diferentes momentos históricos e como, paulatinamente, os museus vão sendo repensados e modificados, tanto nos procedimentos expositivos de seus acervos, quanto em seus usos políticos e educativos. Em outras palavras, como estas instituições, que eram vistas apenas como lugares de pesquisa e coleção de artefatos “exóticos” de “culturas primitivas” em “vias de extinção”, transformam-se em ferramentas de luta, organização comunitária e visibilidade étnica.

“Durante o final do século XVIII e início do século XIX, constituíram-se os chamados museus de ciências, ou museus enciclopédicos, voltados para a produção de pesquisas científicas por parte de especialistas formados para este fim”

(ABREU, 2007, p.240). Nestes museus, encontraremos as primeiras coleções de objetos representativos da cultura material dos povos nativos. Em meio a um contexto de domínio das ciências naturais e do positivismo nas práticas científicas, a antropologia surgia como uma nova área de conhecimento. Buscando equipararem-se às ciências naturais em sua objetividade analítica, os antropólogos necessitavam de evidências empíricas para seus estudos acerca dos povos indígenas e encontravam nos artefatos produzidos por estes grupos as 'provas vivas', que materializavam a existência destas culturas, até então desconhecidas ou pouco estudadas.

Nestes museus de ciência, poder-se-ia encontrar coleções de objetos de diferentes culturas que, ao serem expostas ao público, serviam como meio de comprovação dos resultados obtidos nas pesquisas científicas.

O olhar do pesquisador sobre uma cultura era o olhar dominante. O 'outro' era visto apenas como objeto de pesquisa, um 'outro construído', um objeto de conhecimento'. Neste contexto, (...) não encontramos as vozes dos povos estudados, estes se configuravam como 'outros passivos' de um discurso científico (ABREU, 2007, p. 142).

Sob esta perspectiva, o Museu Nacional organiza, em 1882, a primeira grande Exposição Nacional e, em busca de retratar a presença "exótica" dos primeiros habitantes, expõe indígenas vivos, de "carne e osso". O que nos parece hoje absurdo era totalmente plausível para a época. Nesta exposição, "índios botocudos do interior do Espírito Santo e de Minas Gerais foram exibidos ao lado de objetos e pinturas retratando indígenas de diferentes procedências do país" (ABREU, 2007, p. 142).

Somente a partir da segunda metade do século XX, com as mudanças nos procedimentos de análise das Ciências Humanas e Sociais, é que haverá uma maior preocupação e sensibilização dos pesquisadores pelas questões e problemáticas enfrentadas pelos povos indígenas no Brasil. É justamente neste período que surge uma importante experiência que servirá como divisor de águas no tocante à forma de apresentar a

história, a memória e as manifestações culturais dos povos nativos no Brasil.

Em consonância com as novas vertentes do pensamento antropológico, mais especificamente com a antropologia cultural e sua valorização dos aspectos simbólicos da cultura, é que Darcy Ribeiro, atuando na Seção de Estudos do Serviço de Proteção do Índio (SPI), inaugura, no dia 19 de abril de 1953, o Museu do Índio no Rio de Janeiro. A instituição trazia uma nova orientação da etnologia que, segundo Ribeiro, “deveria descartar os antigos preconceitos e se interessar, sobretudo pelos problemas humanos da população focalizada” (RIBEIRO *apud* ABREU, 2007, p. 146).

O museu idealizado por Darcy Ribeiro deveria romper com os tradicionais museus etnológicos e servir “como instrumento de luta”.

O museu deveria privilegiar informações sobre as condições de vida dos povos indígenas na sociedade brasileira, os graves problemas sociais e o fato de os índios não terem a propriedade de suas terras asseguradas. Darcy propunha que a exposição fugisse da tendência a mostrar os objetos indígenas como exóticos para se fixar na idéia de que esses objetos integrariam o elenco de soluções encontradas pelos indígenas para os problemas com que se defrontavam diante das necessidades de subsistência em florestas tropicais ou regiões áridas (ABREU, 2007, p. 147).

Como podemos perceber, o Museu do Índio inaugura uma nova abordagem na maneira de apresentar os povos indígenas no espaço museal. Seus objetos deixam de ser vistos como vestígios materiais de culturas inferiores e exóticas, representantes de um passado remoto em vias de extinção, e ganham um sentido positivo e de exaltação da criatividade e da diversidade cultural. Em outras palavras, trata-se de uma afirmação da contribuição destes povos na formação cultural brasileira.

“A DESCOBERTA DOS MUSEUS PELOS ÍNDIOS”

Algumas experiências recentes, ocorridas no Brasil e em outros países, como Canadá e México, nos fornecem pistas para refletirmos sobre as imensas possibilidades que a criação de espaços museológicos em comunidades indígenas pode proporcionar, principalmente nos terrenos da memória e da organização social. O Museu Maguta, dos índios Ticuna do Alto Solimões (Amazonas) é uma experiência interessante que nos remete a alguns questionamentos fundamentais para a compreensão do papel dos museus entre comunidades indígenas. Quais os caminhos possíveis para a organização de museus criados e geridos pelas próprias comunidades étnicas? Que relações podem ter estes espaços com questões fundamentais na luta política dos índios, como o reconhecimento étnico e a demarcação de suas terras?

Durante o processo de construção do Museu Maguta, que aconteceu entre 1988 e 1991, “os índios participaram ativamente na organização do acervo, colaborando na definição dos objetos, no levantamento dos dados sobre cada peça, na seleção daquelas destinadas à exposição e no desenho das ilustrações para sua contextualização” (FREIRE, 1998, p.7). A formação do acervo se espalhou pelas quase 100 aldeias Ticuna, que enviavam os objetos para a sede no município de Benjamim Constant, totalizando 420 peças antes da abertura do museu. Aquele era um momento de luta fundamental para os Ticuna, pois seu direito

à terra dependia, em grande parte, de serem reconhecidos como índios pela sociedade brasileira, assumindo plenamente sua identidade étnica, muitas vezes escondida por eles próprios e negada sempre pela população regional, para quem os índios eram ‘caboclos’ (FREIRE, 1998, p.7).

Entretanto, intensa campanha levada a cabo pelo prefeito da cidade culminou com a realização de uma manifestação contra a demarcação das terras indígenas. A hostil manifestação aconteceu no dia da inauguração do Museu Maguta, que foi cancelada e adiada.

Resta-nos refletir sobre o que motivou a elite local a associar a criação de um museu com a demarcação de terras. Por que este espaço encarnou todo o sentimento anti-indígena estimulado pelo próprio poder público municipal? Por que a temerosidade quanto à possibilidade da imersão de outras versões da história, neste caso, contada pelos indígenas? Conforme Clastres, “A história se conta em múltiplos sentidos e se diversifica em função das diferentes perspectivas em que está situada” (CLASTRES, 1990, p. 53). Neste sentido, pra que serve um museu numa comunidade indígena?

Graças à intervenção de instituições e da repercussão na imprensa, após três semanas o museu foi inaugurado, numa cidade que ainda não possuía nenhum equipamento cultural deste porte. O curioso é que isto levou a população local a pensar que a instituição seria de origem Ticuna.

Muitas são as experiências interessantes para pensarmos na importância de museus em comunidades étnicas. Além do Museu Maguta, a Casa de Cultura Parintintim (Humaitá-Amazonas) em sua aliança com o Museu do Índio (RJ), os museus comunitários mexicanos e a Embaixada dos Povos da Floresta (SP), são outras experiências ricas das quais podemos tirar inúmeras lições (FREIRE, 1998). Entretanto, não é nosso objetivo e nem o breve espaço deste artigo nos permite uma revisão bibliográfica mais aprofundada sobre o tema.

MUSEUS INDÍGENAS NO CEARÁ CONTEMPORÂNEO

Em conformidade com a análise de Holanda (2005), sobre o processo de formação do acervo “indígena” no Museu do Ceará, o antropólogo João Pacheco afirma, acerca da representação dos índios do Nordeste nas instituições museológicas, que “(...) tais povos e culturas passam a ser descritas apenas pelo que foram (ou pelo que supõe terem sido) há séculos, mas nada (ou muito pouco) se sabe sobre o que eles são hoje” (OLIVEIRA, 2004, p.15). Estes povos se faziam presentes nos museus “(...) seja através de peças arqueológicas e relações históricas de populações que viveram no Nordeste, seja por coleções etnográficas trazidas de populações atuais

do Xingu e da Amazônia” (OLIVEIRA, 2004, p.18). Este esquecimento dos povos indígenas do Nordeste, no espaço museal, está intimamente relacionado com sua negação política (de sua existência nos dias atuais) e com o silêncio que vai predominar durante a maior parte do século XX. “Na década de 1950, a relação de povos indígenas no Nordeste incluía dez etnias; quarenta anos depois, em 1994, essa lista montava a 23” (OLIVEIRA, 2004, p. 13). Entretanto, a partir da década de 1980, o silêncio será rompido e novos capítulos desta história serão escritos pelos povos indígenas no Ceará.

É fundamental o papel da memória no processo de etnogênese², pois um de seus passos fundamentais é a “reelaboração da cultura e da relação com o passado” (OLIVEIRA, 2004, p.22). No bojo desta transformação, busca-se a compreensão de como se dão os processos de ocultamento/silenciamento da cultura enquanto forma de resistência dos antepassados. Esta volta do olhar ao passado é fundamental no processo de auto-reconhecimento étnico, organização política e afirmação da etnicidade, em vistas a obter reconhecimento por parte da sociedade circundante.

Os mais antigos, que são guardiões de uma memória silenciada porque não-dita, mantêm os segredos mais recônditos destes grupos e são protagonistas das narrativas desta descoberta. “(...) essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, (...), em redes de sociabilidade afetiva e/ou política.” À espera de um momento oportuno para vir a tona, essas memórias clandestinas permanecem inaudíveis até o momento em que invadem o espaço público. “(...) existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios e “não-ditos”. Essa tipologia de discursos, de silêncios e também de alusão e metáforas, é moldada pela angústia (...) de ser punido por aquilo que se diz” (POLLACK, 1989, p.8).

Suas memórias são interpretadas de forma a justificar, no presente, a conduta da comunidade em assumir-se herdeira de uma tradição que não se rompeu. Portanto, quais aspectos destas identidades em reconstrução serão apropriados de maneira a perceberem-se enquanto portadores de uma cultura ancestral? Uma dança (o Toré/Torem), um saber-fazer (o artesanato em Tucum, a produção de objetos em cerâmica,

as armadilhas de caça e pesca etc), uma origem comum (uma índia mateira, a terra do aldeamento ou sua igreja), aspectos da religiosidade (presença de rezadeiras, rituais de pajelança, cantos de chamado para os caboclos da mata, a mediunidade à flor da pele etc). Que traços culturais serão utilizados como sinais diacríticos³ desta cultura em relação às outras? Que traços culturais afirmarão a sua singularidade em meio à sociedade circundante? Afirmar esta diferença é fundamental.

O processo de etnogênese acontece junto às articulações políticas destas comunidades sob a categoria identitária indígena e em etnônimos específicos (Tapeba, Tremembé, Potyguara, Kalabaça etc), e o atendimento de suas demandas se relacionam com a afirmação de sua etnicidade perante a sociedade. A partir daí, inicia-se um processo de diferenciação, de redescoberta, de busca de sinais diacríticos em relação à sociedade envolvente.

Os povos indígenas no Ceará fizeram diversos caminhos nesta “viagem de volta”⁴. Muitos ainda estão se reencontrando e suas diferentes trajetórias devem ser compreendidas em sua singularidade específica. Suas memórias percorreram caminhos tortuosos pelo imenso sertão, litoral e serras do Ceará. Suas moradas, em constantes migrações, os forçaram a enfrentar longas jornadas até o local onde atualmente estão e realizam sua luta. Sabemos que a memória oral não tem pretensão com a verdade, já que esta é “menos a experiência direta dos informantes do que o resultado do trabalho que a memória faz com esta experiência” (HALL, 1992, p.157).⁵ O esquecimento se transforma em lembrança do que foi proibido de ser dito, mas que permaneceu guardado. São frequentes os relatos de uma memória proibida, pois perigosa para os que dela compartilham. São comuns, no interior do Ceará, afirmações como “Minha mãe foi pega a dente de cachorro no mato...” A lembrança do sofrimento passado torna necessário o esquecimento, pois daí vem a possibilidade de sobrevivência física, no anonimato, em relação à ancestralidade.

AS EXPERIÊNCIAS ATUAIS

No início de 2009, detectamos três museus indígenas em funcionamento no Ceará: o Memorial Cacique-Perna-de-Pau, construído pelos Tapeba, em Caucaia, no ano de 2005; a Oca da Memória, organizada pelos Kalabaça e Tabajara, em Poranga, em meados de 2008; e o Museu dos Kanindé, em Aratuba, organizado pelo Cacique Sotero, a partir de 1995. Existem ainda alguns centros culturais considerados “lugares de memória” de outros grupos, como: a Abanaroca (Casa do Índio) dos Potyguara/Gavião/Tabajara/Tubiba-Tapuia, em Monsenhor Tabosa; a Casa de Apoio dos Pitaguary, em Munguba; e a sede da primeira escola diferenciada dos Tremembé, em Almofala. Cada casa de cultura atua com funções específicas, de acordo com a organização de cada povo. Encontram-se em processo de reestruturação, para transformarem-se em museus indígenas.

O Memorial Cacique Perna-de-Pau – etnia Tapeba de Caucaia

O Memorial Cacique-Perna-de-Pau foi inaugurado em novembro de 2005, a partir dos esforços da ACITA (Associação das Comunidades do Índios Tapeba), em parceria com a ong ADELCO (Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido) e o apoio internacional da Fundação Abe Pierre (França). Localizado no complexo do Centro de Produção Cultural Tapeba, próximo à ponte sobre o rio Ceará, as duas edificações, em formato de grandes ocas cobertas por palhas de carnaúbas, destacam-se na paisagem local e chamam a atenção de quem passa ao longo da BR-222.

Entretanto, antes da inauguração, os Tapeba tiveram que enfrentar mais uma batalha contra posseiros e políticos locais que buscavam, por todos os meios, impedir a conclusão das obras do Centro Cultural e do Memorial. Para concretizar as instalações, os índios desobedeceram a “justiça” e trabalharam arduamente durante inúmeras madrugadas, uma vez que as obras foram embargadas em virtude de uma ordem

judicial expedida pela juíza titular da 2ª Comarca de Caucaia. A liminar atendia a uma solicitação de um dos maiores posseiros das terras dos Tapeba, a família do deputado federal e ex-prefeito de Caucaia, José Gerardo Arruda, que impetrou uma ação reivindicatória de posse das terras onde estavam sendo erguidos o Centro e o Memorial.

Premeditando o potencial simbólico que tal empreendimento poderia oferecer na luta por visibilidade e reconhecimento étnico, o posseiro utilizou-se de uma prerrogativa legal, de que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Ministério da Justiça (MJ) ainda não haviam concluído os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Tapeba e que, diante disso, encontrava-se suspensa “qualquer atividade na área em estudo, para que a situação fundiária local não fosse desconfigurada”.⁶ O interessante é notarmos que as sucessivas ações contestatórias da família Arruda são um dos principais entraves no processo de demarcação das terras indígenas.

Apesar de todas as dificuldades, o Centro Cultural Tapeba e o Memorial Cacique-Perna-de-Pau foram erguidos na surdina, com muita coragem e determinação, pelos próprios índios. O Memorial recebeu o nome de um ancestral ao qual comumente os Tapeba se remontam ao traçar a sua genealogia. Trata-se de José Alves dos Reis, o Zé Zabel “Perna-de-Pau”, tido como a última forte liderança, o “último Tuxaua”, dos Tapeba do Paumirim.⁷

No Memorial Tapeba, encontramos um rico acervo composto de fotografias, objetos de uso doméstico, ervas medicinais, artesanatos diversos, documentos, recortes de jornais etc, que nos permitem conhecer um pouco mais da trajetória histórica e cultural deste povo. Desenvolvem, em parceria com o Centro de Produção Cultural, várias oficinas, capacitações e ações de educação patrimonial com estudantes das escolas diferenciadas e convencionais. Impulsionam a economia local, reunindo no espaço o artesanato produzido pelas 17 comunidades Tapeba. Entre as duas construções, encontramos um grande círculo simbólico para apresentações de rituais sagrados. Desde então, vem sendo realizado um trabalho de visibilidade étnica junto às escolas de Fortaleza, Caucaia e adjacências. Os visitantes podem optar em realizar uma tri-

Iha ecológica na Terra Indígena Tapeba, visitando, além do museu, alguns lugares de memória significativos para a etnia, como o Terreiro Sagrado dos Pau-Branco (na comunidade Lagoa dos Tapeba 2), local onde se realizam festas e rituais, reunindo todas as 17 comunidades que estão espalhadas pelo município de Caucaia.

No primeiro semestre de 2007, como forma de dinamizar a relação museu-comunidade, realizamos o curso Historiando os Tapeba, no Centro de Produção Cultural Tapeba / Memorial Cacique Perna-de-Pau, com um grupo de 15 adolescentes moradores de três comunidades: Jardim do Amor, Jandaiguaba e Lagoa 2. A atividade teve como objetivo a realização de uma pesquisa histórica coletiva sobre a etnia Tapeba. Ao final, foi publicado um folheto com alguns resultados da pesquisa e organizadas três exposições: na Escola Índio Tapeba (Lagoa 2), no Centro de Produção Cultural e no Museu do Ceará.

O grupo de estudantes participante do curso nasceu durante o processo de afirmação étnica do povo Tapeba, cujos protagonistas são seus pais, tios, avós, irmãos e elas próprias, na medida em que sua vida – e a da sua comunidade – são a própria luta pela retomada: da terra e da cultura. Geração que é fruto da luta de seu povo, e tem seus marcos espaciais e temporais, sua cultura material, seus lugares de memória, sua memória oral, enfim, seus referenciais simbólicos e afetivos, intimamente marcados pela trajetória comunitária de retomada da identidade indígena e de suas terras. Percorremos os vários caminhos da memória deste povo que, como tantos outros, foram forçados a viver décadas de invisibilidade étnica no Ceará. Utilizamos metodologias que estimulam a participação, a autonomia e a construção coletiva do conhecimento histórico, realizando uma investigação sobre a história do movimento indígena no Ceará e o processo de reafirmação das identidades étnicas que ocorre a partir da década de 1980, que tem nos Tapeba um dos povos iniciadores e estimuladores deste processo.⁸

Analisamos esta experiência educativa como ponto de partida para um processo sistemático de reflexão junto ao

movimento indígena no Ceará acerca da importância da memória e, mais especificamente, as implicações da construção de espaços de memória sobre os processos de afirmação e reconhecimento étnico.

A Oca da Memória – etnias Tabajara e Kalabaça, município de Poranga

A Oca da Memória surgiu do esforço coletivo das etnias Tabajara e Kalabaça de Poranga, em parceria com os educadores do Projeto Historiando,⁹ que assessoraram o processo de formação do acervo e de estruturação de um espaço de memória local na comunidade.

A partir de 2007, uma das linhas de atuação do Projeto Historiando foi um programa de educação patrimonial junto às comunidades indígenas no Ceará, no que diz respeito às reflexões sobre a memória enquanto instrumento de luta, materializada em ações de educação histórica nos espaços educativos dos museus e fora deles. Iniciada junto aos Tapeba de Caucaia e ampliada lentamente às outras etnias, culminou, em dezembro de 2008, com a finalização do processo de construção da “Oca da Memória” – espaço museológico dos índios Tabajara e Kalabaça de Poranga, que funciona anexo à Escola Diferenciada Jardim das Oliveiras, numa sala que foi a primeira sede do CIPO (Conselho Indígena de Poranga), sua organização indígena.

O processo de organização étnica em Poranga aconteceu no início da década de 1990. Em 1994, foi realizada em Poranga a I Assembléia Indígena no Ceará, reunindo as etnias pioneiras no processo de afirmação da etnicidade (Tapeba, Tremembé, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé) às que, naquele momento, se levantavam enquanto índios do sertão (Tabajara, Kalabaça, Potiguara, Kariri, entre outros). O impulso maior aconteceu a partir de 2000, quando iniciou a formação do Conselho Indígena, registrado em 21/5/2001, entidade que assumiu as reivindicações junto às autoridades para agilizar os direitos garantidos na Constituição de 1988. Hoje, as etnias em Poranga encontram-se organizadas no CIPO e, entre suas

principais conquistas, está a Escola Diferenciada Jardim das Oliveiras e a assistência à saúde, através da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde).

O processo de formação do acervo da Oca da Memória se deu por iniciativa da missionária belga Margaret Malfliet, que foi responsável pela Pastoral Raízes Indígenas, da Diocese de Crateús, fundamental no apoio à emergência étnica na região na década de 1990. A estes objetos iniciais juntaram-se outros, advindos da organização de grupos de pesquisa que coletaram peças significativas para a comunidade, a partir de temáticas definidas coletivamente nas oficinas de orientação (arqueologia, religiosidade, organização étnica e saber-fazer), que aconteceram desde agosto de 2007. O processo de auto-afirmação étnica exigiu uma reflexão da comunidade acerca da sua memória coletiva, das lembranças sobre o passado vivido e das formas como se percebem e são percebidos enquanto grupo diferenciado.

A Oca da Memória conta um pouco da história dos índios no Ceará, através de fotografias, objetos, documentos, mapas etc. A construção de um museu indígena, organizado e gerido pela própria comunidade, que atue como um espaço educativo diferenciado de mobilização e de afirmação da identidade étnica constitui importante ferramenta no despertar das novas gerações para a história de seu grupo, ao mesmo tempo em que dialoga, com os mais antigos, sobre suas experiências passadas.

Ainda falta muito a ser feito para que a Oca funcione adequadamente. A organização da reserva técnica e do inventário de peças, a formação de um núcleo educativo que atue como dinamizador pedagógico junto à escola e à comunidade, por exemplo, são as próximas etapas. Entretanto, os primeiros passos já foram dados.

Museu dos Kanindé - etnia Kanindé, município de Aratuba

Em 1996, por iniciativa de José Maria Pereira dos Santos, mais conhecido por Cacique Sotero, foi aberto à visitação pú-

blica o Museu dos Kanindé, que traz em seu acervo objetos representativos do modo de vida daquele povo, intimamente ligado às matas e, em especial, à caça. Mantido no sigilo até o ano citado, foi com o acirramento da luta pelo reconhecimento que o museu foi aberto à visitação pública, sendo mais uma forma de afirmação étnica do povo Kanindé.

O Museu dos Kanindé está localizado no Sítio Fernandes, uma comunidade situada nas encarpas da serra de Aratuba, no Maciço de Baturité, a uma altura média de 900m acima do nível do mar. De raiz etimológica indígena, Aratuba significa “abundância de pássaros”, “passarada”. Do tupi, ara: pássaro; e tyba: abundância, grande quantidade.

Do museu, avista-se parte da serra de Aratuba e o sertão imenso. No seu acervo, predominam objetos relacionados à caça. Pêlos diversos, como de gato maracajá e tamanduá, pé de gavião, mão de onça, cascos de tatu e peba, coruja, couro de mocó, entre outros, muitos deles empalhados por técnica caseira do próprio Sotero. Guarda também documentos variados, como recortes de jornais, ofícios encaminhados e recebidos, alguns estudos e fotografias.

Das reportagens, se destaca a que ele situa como sendo o momento que marca o início da luta indígena: uma reunião realizada em Maracanaú durante três dias, no ano de 1995. Depois disto, começou a organização e mobilização em torno da identidade indígena.

O Cacique afirma que no início desta luta seu avô o alertava, quando ele saía para atividades do movimento indígena fora do Sítio Fernandes: “Sotero, você tome cuidado com isso aí porque o povo matava os índios e aí vão matar vocês. Vocês são índios, mas fiquem calados”.

Funcionando numa casa simples de um só compartimento, que está por trás da casa do filho do cacique, seus objetos estão, em sua maior parte, expostos pregados na parede, o que dá um aspecto caleidoscópico a uma primeira vista, com aquela centena de objetos sendo visualizados ao mesmo tempo. Conhecido na comunidade e adjacências, de vez em quando o museu recebe visitas de fora, quando o cacique se responsabiliza por conduzir a turma numa imensa subida até o museu. Os carros só vão até a escola diferenciada. “Tudo

para mostrar o museu, que é uma coisa da cultura da gente”, afirma o cacique.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM COMUNIDADES INDÍGENAS NO CEARÁ

Buscando potencializar estas experiências, ao longo do primeiro semestre de 2009, foram realizadas oficinas de ação educativa museológica em algumas comunidades indígenas no Ceará. Estas atividades tinham como objetivo refletir sobre a importância da construção de espaços de memória local, além de discutir a estrutura e os fundamentos da constituição de unidades museológicas, visando sua organização/reestruturação.

Estas atividades foram realizadas a partir de uma parceria entre a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, o Museu do Ceará e a Ong IMOPEC (Instituto da Memória do Povo Cearense), acontecendo nas etnias que possuem espaços museológicos e nas que buscam transformar suas casas de cultura em museus.

Utilizamos para estas oficinas uma metodologia que denominamos de Diagnóstico Participativo. Num primeiro momento, foram debatidos junto aos organizadores dos museus/memoriais indígenas as concepções museológicas tradicionais e contemporâneas, a fim de dar elementos para fundamentar as análises ou, nas comunidades que ainda não possuem museus, dar subsídios para percepção das possibilidades para a criação de um espaço museológico. Também apresentamos experiências de museus indígenas em outros estados e países. Num segundo momento, divididos em grupos de trabalho, os participantes elaboraram coletivamente propostas para sanar demandas existentes nos museus em processo de avaliação como, por exemplo: coleta de novos objetos para o acervo, organização de inventários e/ou livros de tombo, implantação de núcleos educativos, melhorias/adaptações na infraestrutura das edificações que abrigam os museus, aquisição e/ou adaptação de mobiliário expositivo e de acondicionamento do acervo, dentre outros.

Posteriormente, estas demandas serão sistematizadas e apresentadas em forma de uma Proposta de Estruturação Museológica, no seminário *Emergência Étnica: índios, negros e quilombolas construindo seus lugares de memória no Ceará*.¹⁰ Estas propostas deverão orientar as modificações para a adequação ou organização de unidades museológicas nas comunidades indígenas no Ceará.

Algumas questões são recorrentes nos cursos ministrados. Uma delas diz respeito aos vestígios arqueológicos da cultura material de povos que habitaram em tempos pretéritos o território hoje ocupado por muitas destas etnias. É a questão do repatriamento de objetos. Com a criação destes museus indígenas, urge a possibilidade de iniciar-se um processo de retorno de peças que foram coletadas para salvaguarda, quando não confiscadas, por pesquisadores e instituições diversas, ao longo de décadas, para a formação de museus, coleções etnográficas ou estudos científicos. Além da dimensão de lugar de escrita da história, estes acervos, retornando para as localidades onde foram encontrados, possibilitarão inúmeras pesquisas antropológicas e arqueológicas, tornando-se potenciais centros de documentação e fonte inesgotável na elaboração de recursos didáticos que dêem subsídios para pensarmos n'outras versões para a história do Ceará, contadas a partir das experiências de resistência dos povos indígenas.¹¹

Os museus indígenas se configuram enquanto espaços propícios para a educação diferenciada não-formal. Pensamos estes lugares na perspectiva de Castro e Vidal, quando afirmam que estes espaços culturais devem "promover e orientar atividades de pesquisa e extensão cultural, com o objetivo de refletir sobre a construção de estratégias de desenvolvimento dessas comunidades" (CASTRO & VIDAL, 2001, p.270). Um dos primeiros grandes aprendizados acontecem durante o processo de formação do acervo, quando são mobilizadas as comunidades em torno de um objetivo comum: escolher os objetos mais significativos para a história da etnia, que serão salvaguardados no museu.

Propomos um acervo que seja formado a partir da mobilização comunitária para a percepção da diversidade de memórias presentes na etnia. O que lembrar e o que esquecer?

O que preservar no museu? Estas são decisões políticas necessárias quando utilizamos a memória enquanto ferramenta de luta. O museu indígena organiza sua memória e história em primeira pessoa e, para garantir sua autonomia, deve se auto-organizar sob a responsabilidade e de acordo com as especificidades de cada etnia. Ou seja: que sejam espaços criados e geridos no interior da própria comunidade étnica.

Outro passo fundamental é a apropriação do arcabouço teórico-metodológico necessário para o trabalho em museus, que acontecerá com a contínua capacitação do núcleo gestor responsável por sua dinamização na comunidade. A parceria com a escola e com os professores indígenas nos parece imprescindível para a realização do diálogo museu-comunidade.

O museu é um lugar dinâmico. Para além da preservação de memórias, acontece neste espaço a construção da diversidade étnica e da alteridade, tão necessárias à aceitação das diferenças. Infinitas são as atividades a serem desenvolvidas no espaço museal indígena: expressões ritualísticas, oficinas para reaprender e reinventar saberes esquecidos, espaço privilegiado para o trabalho com a história oral. Os guardiões da memória coletiva, os “troncos velhos”, podem narrar, para as novas gerações, suas lembranças e conhecimentos, a partir da cultural material e simbólica. O museu transforma-se num potencial vetor para dar visibilidade às diferenças culturais e terreno fértil para as lutas provindas do processo de construção social da memória.

Assim como os povos indígenas do Uaçá (Oiapoque), os povos indígenas no Ceará só poderão “construir sua etno museologia” - coerente com sua visão de mundo – logo que possuírem os “suportes materiais do seu próprio museu” (CASTRO & VIDAL, 2001, p.270). Para além das reflexões no campo da memória e do patrimônio cultural, também é extremamente importante o aprendizado acerca dos procedimentos técnicos da museologia, como a elaboração de livros de tomo, inventários, organização da reserva técnica etc.

CONSIDERAÇÕES SOBRE MUSEUS E MEMÓRIA INDÍGENA NO CEARÁ

A Constituição Federal de 1988 garante o direito indígena à terra, em seu capítulo VIII, especificamente no artigo 231. A Convenção 169 da OIT - Organização Internacional do Trabalho (1989), adotada no Brasil desde 2002 através de lei, ratifica o reconhecimento da identidade indígena ou tribal como critério fundamental para a determinação dos grupos étnicos. O grande desafio que se coloca atualmente é a aplicação da Constituição Federal e das resoluções da Convenção 169 que, entre outras questões, versam sobre o direito de autonomia e controle de suas instituições, posse das terras e acesso aos recursos naturais, formas de vida, desenvolvimento sócio-econômico e o processo de regularização fundiária das terras tradicionais.

O movimento indígena hoje se constitui como um dos mais fortes e articulados do Ceará. Entre suas principais bandeiras de luta, encontram-se o acesso à terra, à saúde e à educação. A criação das Escolas Indígenas Diferenciadas¹² constitui capítulo à parte na história recente dos povos indígenas no Ceará, uma prova da eficácia de sua organização. A FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), órgão governamental responsável pela saúde das populações indígenas, tem no Ceará um Distrito Sanitário que atua em 17 municípios, atendendo 11 etnias e 76 aldeias, alcançando mais de 22.602 pessoas.¹³ Realizam anualmente sua Assembléia Estadual,¹⁴ na qual se reúnem para discutir, avaliar e traçar estratégias de luta. Cada povo, para ser legitimado perante o movimento, precisa estar organizado e mobilizado internamente em suas aldeias.

A luta dos grupos indígenas no Ceará traz em seu bojo a construção de representações sobre si mesmos e seu processo de organização. A memória, neste sentido, é fundamental junto à escrita da história. Os museus, por sua vez, constituem-se em elementos de afirmação desta etnicidade e locus educativo por excelência, por serem espaços formativos para as diversas gerações. Lugar que potencializa a memória enquanto estratégia de luta e enfrentamento, os museus in-

dígenas afirmam o que muitos querem negar: a existência de índios no Ceará, que nunca foi interrompida. Etnicidade que ressurgiu com força, em contextos de conflito e na luta por direitos básicos de sobrevivência.

Pelo olhar nativo, a história do Ceará é a história da resistência étnica. Contada a partir de seus próprios protagonistas, através de suas organizações, os índios no Ceará expõem outras versões da história local. Uma história de guerras, migrações, ocultamento e hoje, etnogênese, organização social e afirmação étnica. Neste processo de luta, no qual as comunidades indígenas descobriram a importância e o papel da memória, algumas se apropriam de uma criação ocidental, os museus, e já perceberam o quanto este pode ser importante no processo de auto-reconhecimento e de construção/escrita de suas próprias interpretações acerca do seu passado coletivo. Interpretações que justifiquem suas escolhas e condutas políticas no presente.

NOTAS

¹ “O Museu Paulista foi criado em 1893, mas como museu de história natural. em 1917, quando o historiador Affonso de Taunay assumiu a direção da instituição, começou-se a modificar o caráter da instituição, que passou a priorizar em suas exposições os assuntos relacionados à história nacional” (OLIVEIRA, 2009, p.15).

² Segundo João Pacheco de Oliveira, a etnogênese é um processo de recriação cultural, “abrangendo tanto a emergência de novas identidades, como a reinvenção de etnias já reconhecidas” (OLIVEIRA, 2004, p. 20).

³ Sinais diacríticos são símbolos de diferenciação social exaltados por comunidades políticas com necessidade de diferenciar-se da sociedade circundante, afirmando, através dos sinais, determinada referência identitária.

⁴ Sobre os processos de etnogênese no Brasil contemporâneo, especialmente no Nordeste, ver Oliveira (2004).

⁵ Em interessante artigo, Hall alerta para os perigos de uma idealização da oralidade e, entre outros problemas interpretativos, enumera as seguintes dificuldades: a infidelidade dos depoimentos em relação a acontecimentos específicos, as “distorções intencionais”, o fato do entrevistado já ter “uma história pronta, um número ou linha sobre o passado, que vai recitar a qualquer custo”, o envolvimento do pesquisador na produção de seu documento: a entrevista (“a maneira como se formula uma pergunta pode influir decisivamente na resposta”) (HALL, 1992).

⁶ Jornal O Povo, 21 de maio de 2004.

⁷ Disponível na Internet via: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/tapeba/1004> . Acessado em 25/03/2009.

⁸ Texto de abertura da exposição Historiando os Tapeba, que foi inaugurada no Museu do Ceará no dia 18 de maio de 2007, dia internacional dos museus.

⁹ No íterim entre o curso Historiando os Tapeba e a organização da Oca da Memória, foi publicado o livreto *Povos Indígenas no Ceará: organização, memória e luta*, no contexto das atividades da exposição “Índios – os primeiros brasileiros”, que teve curadoria do antropólogo João Pacheco de Oliveira e aconteceu no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza, entre outubro e dezembro de 2007.

¹⁰ O seminário “Emergência étnica: índios, negros e quilombolas construindo seus lugares de memória no Ceará”, financiado pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, executado pelo IMOPEC (Instituto da Memória do Povo Cearense) e coordenado pelo Museu do Ceará, tem por objetivo discutir políticas públicas para a construção de museus entre as comunidades indígena e afro (movimento negro urbano e quilombolas). Acontecerá nos dias 15, 16 e 17/05/09

¹¹ Sobre processo de repatriamento de objetos a partir da organização de um museu indígena, ver (CLIFFORD, 1998, p. 30-64).

¹² As escolas indígenas diferenciadas no Ceará foram construídas pela união de esforços das associações indígenas com a SEDUC – Secretária de Educação do Estado do Ceará. Totalizam hoje 37 unidades de educação diferenciada, com cerca de 5.200 estudantes matriculados e 300 professores indígenas. Fonte: Jornal O Povo, 25 de março de 2009. Disponível via Internet em <http://www.opovo.com.br/cidades/865317.html>. Acessado em 25/03/2009.

¹³ Disponível via Internet no endereço: http://sis.funasa.gov.br/portal/detalhe_dsei.asp?strcddsei=10. Acessado dia 04/04/2009.

¹⁴ Em dezembro de 2008 ocorreu a XIV Assembléia Estadual dos Povos Indígenas no Ceará, na aldeia Cajueiro, pertencente às etnias Kalabaça e Tabajara, localizada no município de Poranga, a cerca de 340 km de Fortaleza.

PERIÓDICOS

Jornal O Povo, 21 de maio de 2004 e 25 de março de 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. Tal antropologia, qual museu. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza (orgs). *Museus, coleções e pa-*

trimônios: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond, Minc, Iphan, Demu, 2007.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano Teixeira. Pra que serve um museu histórico. In: *Como explorar um museu histórico?* São Paulo: Museu Paulista/USP, 1994, p. 3-6.

CASTRO, Esther de; VIDAL, Lux Boelitz. O museu dos povos indígenas do Oiapoque: um lugar de produção, conservação e divulgação da cultura. In: SILVA, Aracy Lopes; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (orgs.) *Práticas pedagógicas na escola indígena*. São Paulo: Global, 2001, p. 269-286 (Série Antropologia e Educação).

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. *Ondas do pensamento museológico brasileiro*. Lisboa: ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2003 (Cadernos de Sociomuseologia).

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Pesquisas de Antropologia Política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

CLIFFORD, James. Museologia e contra-história. In: *Cadernos de sociomuseologia*. Nº 01. Rio de Janeiro: Programa de Estudos dos Povos Indígenas, Departamento de Extensão – SR-3; UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1998, p. 30-64 (Circulação interna).

FREIRE, José Ribamar Bessa. A descoberta dos museus pelos índios. In: *Cadernos de sociomuseologia*. Nº 01. Rio de Janeiro: Programa de Estudos dos Povos Indígenas, Departamento de Extensão – SR-3; UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1998, p. 5-29 (Circulação interna).

HALL, Michael M. História Oral: os riscos da inocência. In: *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992, p. 157-160.

HOLANDA, Cristina Rodrigues. *Museu Histórico do Ceará: a memória dos objetos na construção da História (1932 – 1942)*. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura, 2005 (Coleção Outras Histórias, v. 28).

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. *Juntar, separar, mostrar*. Memória e escrita da História no Museu do Ceará (1932-1976). Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2004, p. 13-38.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*. Vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989, p. 3-15.